Palavras africanas na língua portuguesa: um estudo sócio-histórico dos empréstimos e integração ao léxico no português europeu e a formação de novos sentidos no português brasileiro.

ALLIEVI, Sandra Amara Lopes

sandrallievi@yahoo.com.br

ABREU, Ricardo Nascimento

Graduado em Letras Português-inglês, especialização em lingüística textual, mestre em educação e professor do curso de Letras da Universidade Tiradentes.

tennascimento@gmail.com

RESUMO

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a Língua Portuguesa recebeu um grande número de palavras africanas, em conseqüência de um contato lingüístico bilateral entre portugueses e escravos africanos na Europa do século XV. Nesse mesmo período, da condição de novidade lexical elas passam à de integradas ao léxico do português europeu, ou seja, há a desneologização. Levando-se em consideração o grande contingente de escravos aportados no Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX, e o pequeno número de palavras africanas integradas no léxico do português brasileiro, o presente artigo busca na sócio-história explicações para a afirmativa de que essa integração tenha ocorrido em maior número no século XV, e não nos seguintes. Nesses, percebe-se a formação de novos sentidos em palavras de origem africana primeiramente integradas no léxico da Língua Portuguesa e a não formação de novos sentidos naquelas cuja novidade lexical não foi percebida devido a sua chegada tardia no Brasil e a um momento histórico não propício à absorção do léxico africano.

PALAVRAS-CHAVE: português europeu, português brasileiro, integração e formação de novos sentidos.

PALAVRAS AFRICANAS NA LÍNGUA PORTUGUESA:

UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO DOS EMPRÉSTIMOS E INTEGRAÇÃO AO LÉXICO NO PORTUGUÊS EUROPEU E A FORMAÇÃO DE NOVOS SENTIDOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O presente texto propõe analisar as palavras de origem africana, suas implicações sociolingüísticas de integração ao léxico do português e as formações de novos sentidos empreendidas às mesmas desde os primeiros contatos com o português europeu, sob um novo olhar, a partir dos estudos do lingüista, criador e diretor do Laboratório de Linguagem, Línguas e Cultura da África Negra do CNRS (Paris), Emilio Bonvini.

Além disso, o exame dos vários textos lidos suscitou o seguinte questionamento: os termos africanos, sendo considerados, ao primeiro contato, "termos estrangeiros" do ponto de vista do português europeu, logo, empréstimos lingüísticos, porque tais termos não são citados como um neologismo, por empréstimo, de acordo com a tipologia de formação neológica determinada por Boulanger (1979)?

Entendendo que os empréstimos de origem africana ao português europeu e ao português brasileiro perpassam vários processos, da integração ao léxico até outras formações de sentido, necessário se faz a compreensão histórica e sociolingüística deste contato entre línguas e seus efeitos no léxico da Língua Portuguesa do Brasil. Para tal, algumas palavras de origem africana foram pesquisadas em seu étimo e em suas significações popularizadas nos séculos XX e XXI.

De acordo com Emílio Bonvini, em *Línguas africanas e português falado no Brasil* (2008), os portugueses monopolizaram o tráfico de escravos no século XV, antes da vinda para o Brasil, quando o mesmo era feito apenas via África-Europa. No início do século XVII havia os *pombeiros*, mercadores que trocavam tecidos e outras coisas por negros e mestiços.

E, no século XVIII, companhias privadas faziam o comércio direto entre o Brasil e a África, sem a passagem dos escravos pela Europa, como era antes.

Na primeira fase do comércio de escravos, criaram-se os chamados *barracões* ou "depósitos fixos" localizados no Congo, Angola e Benguela, onde ficavam os cativos até a hora do embarque. Quando não, os navios negreiros, ancorados no porto, faziam a vez dos barracões. Em ambos, um grande encontro lingüístico acontecia, já que os escravos vinham de lugares diferentes e de diferentes tribos.

Bonvini coloca ainda o contato lingüístico entre os *pombeiros* e cativos, o contato nos navios negreiros brasileiros, entre os negros e seus futuros senhores e, depois, o contato na viagem para o Brasil, deixando claro que, a partir desse plurilinguismo, os africanos começam a sentir o reflexo desses contatos lingüísticos. Na medida em que os mesmos acontecem entre línguas africanas diferentes e línguas dos senhores, o seu léxico é invadido de palavras novas. Porém, o mesmo ocorre com o português europeu.

Logo, o primeiro contato do português com línguas africanas deu-se na Europa, no século XV, antes dos portugueses chegarem ao Brasil. E, a bibliografia sobre o tema trata por empréstimos, "estrangeirismos", as palavras de origem africana. Portanto, século XV, escravos negros na Europa e, século XVI, início do tráfico de escravos no Brasil, há o contato entre línguas africanas e portuguesas em que a troca bilateral ocorre devido à necessidade do aprendizado da língua tanto africano-português como português-africano.

Caracterizada como empréstimos lingüísticos pelos autores, entendemos esta primeira troca lexical como neologismos, pensamento corroborado pelo de Ieda Maria Alves, em *Os conceitos de neologia e neologismo segundo as obras lexicográficas, gramaticais e filológicas da Língua Portuguesa*:

> A história da Língua Portuguesa mostra-nos que a reação contra o emprego de neologismos tem sido dirigida mais particularmente contra os empréstimos, as unidades lexicais importadas de outros sistemas lingüísticos. Se, de um lado, sabemos que o acervo lexical do português se enriqueceu por meio de empréstimos íntimos – de substratos (língua ibérica pré-românica), de superestrato (elementos germânicos) e de adstratos (elementos árabes, africanismos e tupinismos) – e culturais (sobretudo do provençal, do francês, do italiano e, mais contemporaneamente, do inglês), devemos reconhecer que os empréstimos franceses foram culturalmente muito importantes a partir do século XVIII (Mattoso Câmara, 1975, p.198-121), como reflexo da influência que a França exercia sobre nossos costumes, particularmente no Rio de Janeiro.(ALVES, 2002. P..210-211)

Ainda que o artigo trate da polêmica sobre a introdução de palavras estrangeiras no léxico da língua, esse excerto deixa claro o fato dos africanismos terem sido empréstimos na língua portuguesa e, como tais, considerados como palavras neológicas naqueles primeiros contatos lingüísticos entre portugueses e africanos.

Em outro momento, de difícil precisão, após esses primeiros contatos, os termos neológicos emprestados da língua africana passam a integrar as normas da língua portuguesa, como atesta Maria Aparecida Barbosa:

> Segundo a perspectiva diacrônica, o neologismo criado em determinada etapa da língua, caso não desapareça, integra-se à norma, isto é, se desneologiza. Se quisermos conhecer os neologismos de uma determinada época, será preciso ter como parâmetro fontes dessa época, como jornais, revistas, cartas e dicionários para confrontá-los com as etapas posteriores. (http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno13-18.html)

As palavras de origem africana podem ter sofrido este processo, na medida em que algumas delas, no momento que integraram-se no léxico da língua portuguesa, perderam o sentido inovador. E, no percurso, por conta da mudança semântica, algumas receberam, nos séculos XX e XXI, significados diferentes.

Bonvini diz ter havido uma diversificação dos empréstimos africanos, em que no processo de integração ao português, dependendo das épocas e das circunstâncias, foi-se consolidando a partir de relações semânticas, quanto à “especialização da significação de partida de palavras, e também, às vezes, graças à adoção de uma significação nova, e de relações derivacionais” (2002. p.155). Ou seja, não só a integração, mas a permanência de palavras de origem africana no léxico da língua portuguesa deve-se, segundo o autor, aos

fenômenos da novidade lexical (neologização) e derivações (variação lingüística). Exemplos:

Adoção de novos significados:

CATINGA > catingueiro: espécie de veado, também chamado guaçubirá

catingueira: planta leguminosa típica das caatingas; espécie de formiga

catingal: larga extensão de catingas.

Derivações:

CATINGA > catingar, catingoso, catinguento, catingante

Interessante perceber as alterações empreendidas no próprio termo de designação que as palavras de origem africana receberam ao longo do tempo, de acordo com o momento sócio-histórico.

Margarida Petter deixa claro que o termo "empréstimo" ganha nova forma a partir da Independência do Brasil, da prática de "branqueamento", de trazer imigrantes para o país ao invés de usar a mão-de-obra negra para o trabalho. Período do pensamento evolucionista, e da influência da cultura francesa. As palavras de origem africana passaram a ser denominadas "brasileirismos", em "sintonia com o momento histórico de consolidação da individualidade brasileira (...) termo que passou a rotular as inovações lingüísticas do português brasileiro desde o dicionário de Moraes Silva, de 1789 persistindo até hoje como uma classificação para verbetes nos dicionários da língua" (PETTER, 2002. P.128)

E, na primeira metade do século XX, o termo é substituído por "africanismos":

> À medida que estudos especializados se desenvolviam – Mendonça (1933), Raimundo (1933), Nelson Senna (1934), Dante Laytone (1936), e outros – os termos de origem africana foram ganhando autonomia, constituindo uma classe importante entre os

> brasileirismos, distinguindo-se como “africanismos”. Ainda que continuassem a instrumentalizar os defensores da diferença do português brasileiro em relação ao português europeu, há uma mudança de perspectiva: o foco da atenção não é mais o “brasileirismo” do português brasileiro, mas a “presença africana” nessa variedade de português...(PETTER, 2002. P.141)

No caminho percorrido desses estudos lingüísticos a respeito da integração das palavras de origem africana no léxico do português, estudiosos vêm desenvolvendo teorias que justifiquem a distinção do português brasileiro do português europeu, porém, mais através de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos do que pelo léxico propriamente dito.

Renato Mendonça e Jacques Raimundo foram um dos precursores dessa discussão, quando das respectivas publicações *A influência africana no português do Brasil* (1933) e *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933). Ambos atribuíram à influência das línguas africanas, um impacto destas no português falado no Brasil.

Serafim da Silva Neto (1950), Gladstone Chaves de Melo (1946) e Sílvio Elia (1940) fazem ponderações sobre a teoria da influência, em que os primeiros a reduzem a “uma ‘contribuição passiva’ que não chegou a alterar o caráter da língua portuguesa no Brasil” (PETER, 2006. P.133) e os três colocam em pauta a hipótese da crioulização.

Yeda Pessoa de Castro esclarece o pensamento de Serafim da Silva Neto (p.107), que declara:

> [...]que ‘no português brasileiro não houve, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias’, considerando a simplificação e redução das formas verbais e das flexões de plural na fala popular, como ‘cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios’. (CASTRO, 2006. P.92)

A autora coloca ainda que Silva Neto atribui à dialetação dos falares brasileiro a um processo arcaizante e conservador “sobre o qual a ação de aloglotas, neste caso, indígenas e africanos, ocorreu sobretudo no vocabulário, desde quando o português nunca deixou de ser modelo lingüístico ideal no Brasil”. (CASTRO, 2006.p.92)

Línguas crioulas são línguas formadas a partir do contato lingüístico entre povo “dominador” e povo “dominado”, quando, para que haja certa comunicabilidade surge um código emergencial, entre a população adulta, denominado de PIDGIN.

Os defensores da crioulização dizem ter havido um código emergencial de base lexical portuguesa, ou seja, sendo a “dominação” de uma maioria, o léxico do “dominador” foi adaptado à gramática do “dominado”. À medida que crianças vão nascendo, essa língua é aprendida e falada por elas, passando a ser chamada de LÍNGUA CRIOULA.

Desta forma, crioulo ou semicrioulo são originados de um aprendizado imperfeito da língua, que justifica a Teoria da Unidade ou do Conservadorismo defendida por alguns autores.

Mais tarde, Silva Neto descarta a hipótese crioulizante para seguir os conceitos de Sapir e sua Teoria da Deriva Secular. E, Sílvio Elia (1979: 142-147, apud BONVINI, 2008) lança a da semicrioulização, estágio preparatório para o crioulo, em que no processo de contato houve apenas uma assimilação de uma cultura sobre a outra e não uma fusão, como no crioulo.

Já Mattoso Câmara Jr. (1972 e 1976. Apud LUCCHESI, 2001), levado pelo momento Estruturalista, descarta a crioulização na formação do português brasileiro, uma vez que no modelo estrutural estava a lógica interna da língua.

Lucchesi aponta ainda a hipótese da descrioulização atestadas por Gregory Guy (1981 e 1989) e John Holm (1987), através de estudos morfossintáticos da variação da concentração de número em sujeito e verbo e entre substantivo, adjetivo e determinantes, que teria acontecido após o processo de crioulização e o contato do português popular

brasileiro com o português culto. Neste percurso, as mudanças estariam “retornando” à língua alvo, ao português europeu.

No entanto, Fernando Tarallo (1993) coloca-se contra esta hipótese quando afirma justamente o contrário, ou seja, o português brasileiro estaria se afastando do português europeu, através de “análises de construções relativas e da retenção pronominal nas sentenças encaixadas e matrizes” (LUCCHESI, 2001. P.99).

> Tarallo considera pouco provável a hipótese da crioulização, porque, se o português brasileiro se originasse realmente de um crioulo de base portuguesa, ele deveria ainda situar-se na fase da descrioulização, prosseguindo na direção da língua-alvo, o português europeu.
>
> .....
>
> A presença africana no Português do Brasil, interpretada como um fator de crioulização, não recebeu boa acolhida da parte dos lingüistas brasileiros. O texto de Tarallo não provocou nenhuma réplica, somente uma resposta favorável, o trabalho de Naro e Scherre (1993: 437-454). (BONVINI, 2008.p.20)

“A língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva” (SAPIR, 1949 / 1921: 145 – 170 apud NARO e SCHERRE, 2007. P.26). Com a afirmativa de que desde o século VIII Portugal antevê contatos com outros povos e que, por não dominarem a sua língua, a comunicação era feita através de um sistema verbal de base lexical românica, Antony Julius Naro e Marta Scherre defendem que as mudanças que ocorreram no português brasileiro já estavam inseridas no sistema lingüístico português. Para eles, o “pidgin português ter-se-ia formado na Europa e os portugueses tê-lo-iam ensinado aos falantes de línguas africanas” (BONVINI, 2008.p.20)

Sobre o português moderno do Brasil, Naro e Scherre dizem que é:

> O resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, indubitavelmente exagerada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e pela nativização desta língua pelas comunidades faladas por estes falantes. (NARO, 2007.p.69)

“Nativização” é o termo usado pelos autores em substituição ao denominado processo de “Transmissão Lingüística Irregular”, por entenderem ser esta uma denominação

de “conotação negativa”, pois, “dá a impressão falsa de se tratar de um fenômeno anormal, errático, imprevisível” (NARO, 2007.p.140).

Naro e Scherre discordam deste processo que diz ter havido uma variedade lingüística a partir do contato de africanos e portugueses no Brasil. Defendem este fenômeno como oriundo de Portugal.

> Praticamente todas as estruturas alegadas como exclusivamente brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não-padrão de Portugal(...) O denominado processo de “transmissão lingüística irregular”, por nós batizado positivamente de NATIVIZAÇÃO, não desencadeou aqui processos novos de variação e mudança, apenas ampliou fenômenos já (e ainda) existentes por lá. (NARO, 2007.p.158)

O Projeto Vertentes, através de artigo publicado no *site* http://www.vertentes.ufba.br/conceito.htm, conceitua o processo de transmissão lingüística irregular, de Dante Lucchesi, como um pidgin / crioulização ocorrido de forma mais leve, em que nesse, há uma maior elaboração da gramática da língua alvo devido à limitação estrutural desse código emergencial, o que não ocorre no processo primeiro.

O artigo diz que, numa situação de contato, quando a necessidade de comunicação leva à formação de uma segunda língua, há uma variedade na língua alvo, na medida em que apenas elementos essenciais dela são absorvidos. Mas, quando o tempo desse contato é estendido, os falantes desse código emergencial vão sentindo a necessidade de expandi-lo, lingüisticamente. É quando ocorre gramaticalizações e acréscimos de itens gramaticais da língua alvo na nova variedade lingüística, na pidginização e crioulização.

Isso ocorreu em Cabo Verde, no Haiti e na Jamaica, em que as línguas pidgin e crioulas são faladas pela maioria da população. No entanto, dependendo da situação de contato e da incorporação de elementos gramaticais, as línguas emergenciais podem não se estabelecer, ou seja, o processo de transmissão lingüística irregular é mais leve, menos radical, porque:

> Se o acesso dos falantes das outras línguas (e, principalmente, dos seus descendentes) aos modelos da língua alvo aumenta com a continuidade da situação social que originou o contato, e considerando-se que esses modelos tendem a gozar de um maior prestígio na estrutura da comunidade de fala, estabelecendo-se assim uma espécie de ideal normativo pode-se pensar que esses modelos tendem a suplantar os processos de transferências de estruturas das outras línguas e/ou reestruturação original da gramática. O resultado desse processo, então, pode não ser a formação de um sistema lingüístico distinto da língua alvo (um pidgin ou um crioulo), mas uma nova variedade dessa língua alvo...(http://www.vertentes.ufba/conceito.htm)

Até então, tais hipóteses sobre a influência da língua africana no português brasileiro giraram em torno das questões de sua formação, em oposição ao português europeu, ou ainda, das distinções entre português popular e português padrão. E, para tal, a língua é estudada como um todo, englobando todo o sistema interno da mesma.

Porém, no que concerne à análise da influência do léxico africano na língua portuguesa, encontramos nas pesquisas do lingüista Emilio Bonvini um contraponto a tudo o que, aparentemente, já foi dito.

No capítulo do livro *África no Brasil*, denominado *Línguas africanas e português falado no Brasil*, Bonvini diz:

> [...]em matéria de realidade lexical, é inapropriado e muito restritivo empregar o conceito de "influência" exercida por uma língua-fonte (aqui, línguas africanas) sobre uma língua-alvo (no caso, o português). Trata-se antes da capacidade desta última língua apropriar-se dos termos necessários a sua própria expressividade, qualquer que seja sua origem.
>
> .....
>
> Se o argumento da presença de termos de origem africana foi invocado sobretudo pelos defensores da hipótese de uma influência das línguas africanas, o argumento dos traços fonológicos e sintáticos foi notadamente empregado em apoio às teses em favor da "crioulização" e da "semicrioulização". (BONVINI, 2008.p.54)

Em outro capítulo, *Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil* (2008), o autor ressalta o fato dos estudos realizados até então, estarem focados no português do Brasil, não incluindo a influência do léxico das línguas africanas também no português europeu, uma vez que os contatos lingüísticos ocorriam desde o século XV.

Nessa fase de primeiros contatos lingüísticos entre africanos e portugueses, século XV e XVI, a formação de pidgins, língua emergencial de comunicação, eram estabelecidas pelos negros, a partir do momento em que tomavam de empréstimo o léxico português e o usava em suas gramáticas. Da mesma forma os portugueses também tomaram de empréstimo palavras africanas, mas sem formação de pidgins, posto terem a língua majoritária.

Quanto a isso, BONVINI (2008) esclarece:

> Nossa interpretação da presença de vocábulos de origem africana no português, completamente normal em si, provocado por uma situação de contato de línguas e para a qual a utilização de conceitos como “influência”, “crioulização” ou ainda “semicriloulização” parece inapropriado. Esse fenômeno encontra sua contrapartida na própria África, onde línguas africanas se apropriam de termos do português readaptando-os às regras fonológicas e morfológicas específicas de cada língua envolvida. (p.102)

No percurso histórico de primeiros contatos entre africanos e portugueses na Europa, tráfico para o Brasil, os ciclos econômicos e conseqüentes migrações sucessivas pelo país, até a extinção do tráfico negreiro, as palavras africanas foram tomadas de empréstimo, integradas ao léxico do português, algumas foram excluídas deste e outras receberam novos significados.

Na busca das palavras integradas e, na efetiva contribuição das mesmas no estabelecimento do português falado no Brasil, Bonvini analisou 100 palavras dentro do vocabulário de base, que “é um núcleo de vocabulário cujas noções simples e fundamentais são relativamente estáveis e suscetíveis de ser traduzidas por uma só palavra na maior parte das línguas”. (BONVINI, 2008.p.108)

O fato de um dos aspectos determinantes do vocabulário de base ser o de que precisa ser historicamente resistente ao empréstimo, é que levou o autor a usá-lo para verificar “se esse vocabulário estava presente nas línguas africanas anteriormente faladas no Brasil” (p.108). Ou seja, ele verificou se o português foi resistente ao empréstimo desse

vocabulário para observar se as palavras estavam ou não presentes no léxico do português falado no Brasil, baseado em documentos escritos.

Bonvini conclui que, das 1650 palavras de origem africana faladas no Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX, a esmagadora maioria das palavras do vocabulário de base não entraram no léxico do português do Brasil, mas no português europeu, no século XV. Ou seja, naqueles períodos, o que houve foi uma alternância de código, em que cada falante usava o seu próprio léxico.

> Historicamente falando, não existe nenhum traço de uma troca bilateral entre essas línguas e o português, no entanto co-presentes na época, susceptível de resultar num "empréstimo" lingüístico. A única conclusão que se impõe é o fato de que houve simplesmente uma situação de alternância de código.
>
> Em conseqüência, na ausência dessa troca bilateral, as palavras atuais do vocabulário de origem africana foram aparentemente integradas ao português fora do Brasil, seja de Portugal mesmo, seja nos territórios dependentes de sua autoridade, Angola e Moçambique primeiramente. (BONVINI, 2008. P..117)

Mas, se a integração de palavras de origem africana na língua portuguesa aconteceu na verdade no português europeu, no século XV, como explicar a não integração das mesmas no português brasileiro nos séculos XVII ao XIX, uma vez que a entrada de escravos negros era intensa e contínua neste período?

A compreensão do que venha a ser vocabulário comum e vocabulário de especialidade pode ser um dos fatores que responda a esse questionamento. Ao primeiro entende-se aquele vocabulário não limitado a nenhuma categoria de objetos e, ao segundo, "um conjunto de termos reservados a domínios delimitados e específicos de conhecimentos ou de atividades e empregos. Por isso eles são essencialmente limitados, até mesmo exclusivos". (BONVINI, 2008. P.117)

Analisando listas de palavras e documentos escritos em português de Portugal e português de Angola, entre 1680 e 1789, Emilio Bonvini observou um número bastante

reduzido delas (ver tabela abaixo) que foram transferidas para o português do Brasil, enfatizando que, dentro da heterogeneidade do conteúdo de palavras africanas no Brasil, essas poucas palavras pertencem aos vocabulários de especialidade: termos religiosos, militares ou termos ligados ao tráfico. E, esses termos

> [...]tão freqüentemente e abundantemente depreendidos pelos lexicógrafos – não são, estritamente falando, pelo seu funcionamento e emprego, verdadeiros empréstimos. São essencialmente unidades lexicais completas, que pertencem exclusivamente às línguas africanas empregadas nesses cultos ou nessas comunidades de descendentes de escravos, qualquer que seja seu estatuto lingüístico específico. O identitário, permanece paralelo ao da língua portuguesa, que é considerada como situando num espaço ao mesmo tempo exterior e diferente. (2008.p.120)

O autor faz menção ao vocabulário religioso, e ao não religioso, como os falados nos quilombos e os falados nas comunidades de língua "secreta", como as do Cafundó, de Tabatinga, de Helvécia, em que os códigos emergenciais, os pidgins, se mantiveram.

Quantitativo de palavras africanas integradas ao léxico do português brasileiro nos séculos XVII e XVIII, de acordo com os respectivos dicionários (BONVINI, 2008.p.118-119):

DICIONÁRIO	ÁFRICA	BRASIL
Bluteau (1789)	91	7
Moraes Silva (1789)	91	25
B. Heintze (1622-1635)	105	16
A. de Oliveira Codorrega (1681)	161	15
G. A. Cavazzi (1687)	349	16
E. A. Silva Correa (1782)	89	20

E, neste particular, Yeda Pessoa de Castro, em *A matriz africana no português do Brasil* (SILVA, 2006), coloca um fato que, indiretamente pode ter contribuído com a não

integração do léxico africano no português brasileiro no início do século XIX. Nesse período, ”a maioria da população brasileira era constituída de mestiços e crioulos, já nascidos no Brasil” (CASTRO, 2006. P.95). E, devido a isso, já não havia mais o sentimento nativista, por parte dos escravos, como antes. Muito contrariamente, essa população de negros estava mais propensa aos padrões europeus, o que incluía a língua.

Além do que, Serafim da Silva Neto (1986. apud CALLOU, 2002. P.283) salienta o fato da ascensão social do mestiço quando no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, após a chegada da Família Real, em 1808 e a Independência do Brasil, em 1822. Na verdade, o autor faz referência à influência africana no falar dos brasileiros levando a uma variante lingüística da língua portuguesa do Brasil. Porém, não se pode negar que estes fatos sócio-históricos, de elevação social dos mestiços e do não interesse pelo sentimento nativista africano de outrora podem ter concorrido para um afastamento, a uma não aceitação do léxico africano recém aportado em terras brasileiras.

Já no século XVIII, a não inclusão no léxico do português brasileiro, de palavras oriundas da África coincide com um acontecimento histórico ocorrido na Europa, mas que se propagou no Brasil através da política do Marquês de Pombal: o Processo Civilizatório.

Norbert Elias (1994) fala sobre os conceitos de *courtoise e civilité*:

> Com a lenta extinção da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no senhor feudal e a formação da aristocracia de monarcas absolutos no curso dos séculos XVI e XVII, o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável. A cortesia e a civilidade conviveram lado a lado durante o período da sociedade de transição na França do século XVI, que era um misto de sociedade cavaleirosa-feudal e de monarquia absoluta. No século XVII, porém, o conceito de cortesia saiu, gradualmente, de moda na França. (p.111)

Em seu livro *O Processo Civilizador,* Elias traça a evolução desse processo e a transformação do homem através de comportamentos civilizados, em todos os sentidos: à mesa, no quarto, nas relações entre os sexos, e, às mudanças na agressividade.

Em *Língua geral versus língua portuguesa: a influência do "processo civilizatório"* (SILVA, 2001), Lorenzo Vitral caracteriza esse período como aquele que testemunhou as mudanças de comportamento, como: a exigência da aristocracia por refinamento de hábitos, envolvendo grupos privilegiados da sociedade, exemplo para as camadas populares, além de novos padrões morais, prestígio da cultura francesa em Portugal, instalação do poder da monarquia etc.

E, com o fortalecimento do absolutismo em Portugal, a política de Pombal é também a da busca pela civilidade, em que o uso da língua portuguesa torna-se imprescindível para a inserção de Portugal e Colônia no contexto civilizatório daquele momento histórico.

Não seria natural que, da mesma maneira que a reforma pombalina coibiu o uso da língua geral, língua utilizada na colonização constituída por "tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e falado no litoral" (TEYSSIER, 2001. P.94), também impedisse a entrada de palavras africanas, não por decreto como o fez com a língua geral, mas indiretamente, possibilitando, talvez por esse ato primeiro, a consciência coletiva, até no próprio momento civilizatório, a não incorporação de novas palavras chegadas do continente africano?

Este questionamento requer maiores estudos, na medida em que a hipótese do lingüista Emilio Bonvini, de que a integração de palavras africanas no léxico do português tenha ocorrido no século XV, antes da chegada dos portugueses ao Brasil, figura como algo recente no cenário lingüístico brasileiro.

Porém, um outro fato vem reforçar tal hipótese: o de que a maioria das palavras de origem africana integradas ao léxico do português é oriunda do quimbundo, e a minoria, do iorubá:

> Os africanismos são termos ou expressões de uso coloquial resultantes do contato do português com uma língua africana, ocorrido na África, em Portugal ou no Brasil. A integração desses termos ao português deu-se, portanto, em épocas diferentes: alguns integraram-se antes da escravidão brasileira e podem ser considerados como empréstimos de segunda geração, sendo que a primeira, mais próxima da língua-fonte, já tinha sido atestada, por exemplo, em Angola, no século XVI e início do século XVII (BONVINI; PETTER, 1998). Esses empréstimos surgem de uma necessidade comunicativa e refletem um encontro cultural. Distribuem-se nos mais diversos campos léxico-semânticos: os de origem banta (do quimbundo, principalmente), mais antigas, têm uma distribuição mais abrangente; os de origem iorubá, mais recentes, referem-se à religião e à música, sobretudo.(PETTER, 2006.p.136)

Ou seja, sendo a língua quimbunda mais antiga, na integração do léxico do português, há nela uma maior susceptibilidade à novas formações semânticas. Ao passo que, a integração recente da língua iorubá, reforçado ainda pelo fato de que o vocabulário desta tenha sido o de especialidade, é natural que o seu uso tenha ficado restrito apenas a algumas comunidades.

De acordo com o vocabulário organizado por Renato Mendonça (1973),por exemplo, encontramos as seguintes palavras de cunho religioso e musical, com suas respectivas etimologias:

RELIGIÃO:

Iorubá – alujá, axerê, babá, babalaô, babalorixá, babaloxá, baiani, ebó, efifa, efum, gris-gris, gunocô, iansam, ibá, iemanjá, inocó, ogum, ojá, ojó,olorum, orixá, oro, oubatola´, ougan, Oxossi, oxun, rum, xangô, xaporan.

Quimbundo – quimbôlo

Sem referência etimológica – anambucuru, assíqui, batucagé, batuque, cabonage, cafioto, candomblé, catimbu, catimbó, egum, iavô, ingone, macumba, mandinga, opelé, ossonhe, oxê, peji, quuimbombo, rumpi, vodu, xerê.

INSTRUMENTOS MUSICAIS:

Iorubá – adjá, afofiê, agogô, lé

Quimbundo – bambula, caxixi, marimba

Sem referência etimológica – banza, bata, bombo, canzá, ilu, macumba, matungo, sanasa, urucunjo, xaque-xaque, xequerê.

E, para demonstrar a "antigüidade" das palavras africanas de origem quimbunda e, conseqüentemente, novos significados surgidos no português brasileiro, algumas foram pesquisadas em diferentes fontes e expostas em ordem cronológica destas para melhor visualização da novidade semântica entre os séculos XIX e XXI:

1. CARIMBO

Macedo Soares (século XIX) – Sinete, marca; originado do termo da língua bunda *quirimba*, marca, selo.

Renato Mendonça (1973) – Marca usada nas repartições e casas de negócio. ETIM. Do quimbundo, *Ka*, prefixo diminutivo + *rimbu*, marca.

Francisco da Silveira Bueno (1986) – Instrumento de metal, madeira ou borracha, que serve para marcar à tinta papéis de uso oficial ou particular; selo; sinete.

Derivação: CARIMBAR: Marcar com carimbo; selar; marcar com um talho de facão (o peixe) nas barbatanas ou rabo, a fim de saber se ao fim da pescaria qual o jangadeiro que o pescou.

Dicionário Etimológico Francisco da S. Bueno (1988) – Marca, sinete, sinal público com que se autentica documentos. Do quimbundo *karimbu*. Derivações: carimbar, carimbagem, carimbada, carimbadela, carimbável.

Mini-Aurélio (2001) – 1.Instrumento de borracha etc., com que se marcam à tinta certos papéis. 2. Marca ou sinal que ele produz.

Derivação: CARIMBAR: 1. Marcar com carimbo; 2. Esport. Atingir de propósito (jogador, adversário), com a bola do jogo.

Novo Aurélio Século XXI – 1. Do quimbundo *kirimbu*, marca. Instrumento de metal, madeira ou borracha, etc. com que marcam, à tinta, papéis de uso oficial ou particular, sinete, selo. 2. Marca ou sinal produzido por esse instrumento. 3. Marca de fogo gravada numa rês, em geral as iniciais do proprietário.

Derivação: CARIMBAR: 1.Marcar com carimbo. 2. Esport. Atingir intencionalmente (ger. Jogador, adversário) com bola da partida. 3. Marcar (o peixe), nas barbatanas ou no rabo, com um talho de facão, para saber, ao fim da pescaria, qual o jangadeiro que o pescou.

2. DENGO

Macedo Soares (século XIX) – 1. Variante *dengue*, requebro, quindins, graça de uma pessoa, e a forma derivada *mendengue*, cujo sentido é sujeito dengoso, requebrado, cheio de quindins, de partes, de histórias, de coisas. 2. Pequeno, sendo usado como apelido familiar de menino, de origem africana (do termo bunda *ndengo*)

Renato Mendonça (1973) – Designação familiar de menino. ETIM.: do quimbundo *ndengue*, menino que perdeu a nasal inicial. Há também as variantes *dongo*, *ndengue* e *ndongo*. Hoje é vocábulo morto.

DENGUE – choradeira de criança, manha. ETIM.: do quimbundo *ndenge*, menino e, por extensão, choradeira, manha de menino.

Francisco da Silveira Bueno (1986) – O mesmo que dengue. DENGUE: afetação, melindre, derretimento; afeminação; (MED)doença febril, eruptiva, infecciosa, aguda, caracterizada por um vírus filtrável e transmitida por um mosquito; ocorre no Oriente, às vezes epidemicamente.

Dicionário Etimológico Francisco da S. Bueno (1988) – DENGUE: Preguiça, derretimento, falta de forças; afeminação, faceirice, melindre. Do bundo *ndengue.*

Mini-Aurélio (2001) – Bras. 1. V. *denguice.* 2. Dengue. DENGUE: Birra ou choradeira de criança; dengo. Virose endêmica e epidêmica e que causa fortes dores musculares e articulares, febre alta, etc.

Derivações: Qualidade de dengoso; dengue; dengo; dengo, faceirice.

Novo Aurélio Século XXI – DENGUE: Do esp. *dengue*, voc. De criação express. 2. Melindre feminino; denguice. 3. Faceirice, feitiço, requebro, denguice. 4. Birra ou choradeira de criança. 5. Manha, treta. 6.(Med)Doença infecciosa produzida por vírus, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*...

3. MARIMBA

Macedo Soares (século XIX) - ?

Renato Mendonça (1973) – Espécie de tambor. ETIM.: do quimbundo, prefixo *ma + rimba*, tambor.

Francisco da Silveira Bueno (1986) – Instrumento músico dos cafres formado de lâminas de madeira ou metal graduados em escalas, nas quais se bate com duas baquetas.

Dicionário Etimológico Francisco da S. Bueno (1988) – Instrumento dos africanos tocado com percussão, hoje muito aperfeiçoado na América Central. Parece ser termo africano.

Mini-Aurélio (2001) – Instrumento de percussão: série de lâminas graduadas em escalas, percutidas com duas baquetas e dispostas sobre cabaças ou tubos de metal.

Novo Aurélio Século XXI – Do quimbundo *marimba*. 1. Instrumento de percussão, que consiste numa série de lâminas de madeira ou metal, graduados em escala, percutidas

com duas baquetas e dispostas sobre cabaças ou tubos de metal, que funcionam como caixa de ressonância. 2. Na África, tambor dos cafres. 3. Bras. PA.berimbau. 4. Bras. RJ. Piano ruim.

Novo Dicionário Banto do Brasil, Nei Lopes (2003) – 1. Espécie de xilofone rústico (BH). Um dos passos do *quicumbi*. (BEM). Do quimbundo *madimba, marimba,* úsica, xilofone. Pl. de *dimba, rimba,* da mesma raiz de *imbar,* cantar; *ngimbi,* cantar etc. 2. Cabaça de carregar mel de engenho (SAM). Talvez de marimba (1), em alusão às cabaças de ressonância. Ou de moringa. 3. No subúrbio carioca, projétil preso a um fio, que se lança, para retirar pipas presas. De origem banta.

4. MUAMBA

Macedo Soares (século XIX) - ?

Renato Mendonça (1973) – Negócio ilícito, velhacaria. ETIM.: do quimbundo *muhamba,* cesto em que os carregadores trazem a carga (P. do Nascimento). Depois passou a significar carga contrabandeada.

Francisco da Silveira Bueno (1986) – Espécie de canastra para transporte, na África. 2. Em certas zonas sertanejas, mochila e, por extensão, todos os apetrechos dos soldados. 3. Furto de mercadorias de navios ancorados e de armazéns da alfândega; contrabando; venda e compra de coisas furtadas. Derivação: MUAMBEIRO: indivíduo que costuma fazer muamba.

Dicionário Etimológico Francisco da S. Bueno (1988) – Velhacaria, negócio não muito honesto, roubo, furto, mas especialmente o produto do roubo, do furto. Do quimbundo *muhamba*, cesto de transporte.

Mini-Aurélio (2001) – Bras. Pop. V. contrabando (Introdução clandestina de mercadorias estrangeiras sem pagamento de direitos. 2. A coisa contrabandeada; muamba (Brás.pop.)

CONCLUSÃO

Através de este novo olhar, sob a ótica do pesquisador Emilio Bonvini, encontramos aspectos sócio-históricos que se encaixam na hipótese da integração de palavras africanas no léxico do português, no século XV e não nos séculos XVII ao XIX, como algo contínuo e novo.

Os fatores históricos dessa influência no português europeu, apresentados pelo lingüista, foram revigorados com os fatores históricos da mesma no português brasileiro, através de pesquisa bibliográfica.

Dentre os primeiros, a presença dos *pombeiros*, dos barracões, do plurilingüismo e das trocas lexicais português-africano e africano-português. E, na tentativa de evidenciação da teoria levantada pelo autor, fatos nacionais foram buscados e colocados sobre a mesma para maior entendimento do que foi exposto por ele. Senão vejamos:

1. Século XVIII: O processo civilizatório empreendido no mundo traz para o Brasil, através do Marquês de Pombal, o sentimento de mudanças, de reformas visando o desenvolvimento sócio-cultural do povo brasileiro, em que a língua portuguesa também exprimiu essa predisposição à civilidade. Instintivamente, a coletividade de etnia branca pode ter rejeitado o léxico trazido com os negreiros aportados neste período.

2. Século XIX: O não sentimento nativista por parte dos escravos e descendentes, muitos em ascensão social, vivendo num momento de influência europeizante, dos costumes franceses e da imigração, podem ter recusado, de certa forma, o uso do léxico africano recém chegado ao Brasil, acarretando uma não difusão do mesmo.

A captura de palavras de étimos quimbundo e iorubá, no vocabulário de Renato Mendonça (1973), bem como as novas formações semânticas de algumas palavras (maioria

quimbunda) analisadas, corrobora a pesquisa de Bonvini sobre vocabulários de base e de especialidade.

Mostrando que a maioria das palavras de um vocabulário comum é de origem quimbunda, de integração mais antiga no léxico do português brasileiro, conseqüentemente demonstra uma maior disponibilidade a novas formações semânticas, posto o maior contato daquela na língua portuguesa.

Diferentemente da maioria das palavras de origem iorubá, presentes no vocabulário de especialidade, devido à chegada mais recente no Brasil, e em períodos de influências européias, seu uso ficou restrito à comunidades religiosas, principalmente. E, portanto, poucas novidades semânticas foram empreendidas.

Poder-se-ia acrescentar ainda que, o fenômeno neológico do tipo empréstimo, foi mais visível nas palavras de origem quimbunda, uma vez que a novidade lexical foi percebida e aceita. E, nessa aceitação, ocorreu a desneologização, ou seja, quando a palavra perdeu a novidade lexical e integrou-se ao português europeu, no século XV. Sendo o tempo, um fator imprescindível para que mudanças lingüísticas ocorram, essas palavras de origem africana trazidas para o Brasil, foram recebendo novas significações.

Já com a língua iorubá, o fato neológico parece não ter sido contundente, pois pertencente a um vocabulário de especialidade, de uso restrito, não sofreu entre os falantes da língua portuguesa do Brasil o processo da novidade lexical. E, muito menos, novas formações semânticas aconteceram, devido a sua chegada tardia no país, em momentos sócio-históricos pouco receptivos a tais novidades.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria (org.). **Para a história do português brasileiro.** V.III**.** São Paulo: Munanitas / FFLCH / USP, 2002. 521p.

BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura**.** In: RIBEIRO, Simone Nejaim. **O léxico em movimento:** comentários sobre neologia e neologismos. Acesso em: 21/03/2007. Disponível em: http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno13-18.html.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa.** São Paulo: lisa, 1988. 462p.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: FAE, 1986. 1263p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes**.** V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 277p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio escolar século XXI:** o minidicionário da língua portuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 790p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FIORIN, J. Luiz. **África no Brasil:** a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008..

LUCCHESI, Dante. **As duas vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000).** Revista D.E.L.T.A, 17:1, 2001.P. 97-130.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972. 192p.

NARO, Antony Julius; SCHERRE, Maria Marta P. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 205p.

NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro.** São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002. 252p.

TEYSSIER, Paul. **A história da língua portuguesa.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 142p.

Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia. **Conceito de transmissão lingüística irregular.** Disponível em: http://www.vertentes.ufba.br/conceito.htm. Acesso em: 31/07/2008.

SILVA, Rosa Virgínia M. **Para a história do português brasileiro.** V.I. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP / FAPESP, 2002.

SILVA, Rosa Virgínia M. **Para a história do português brasileiro.** V.II São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP / FAPESP, 2002. 555p.

SILVA, Rosa Virgínia M. (org.). **Quinhentos anos de história lingüística no Brasil.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.